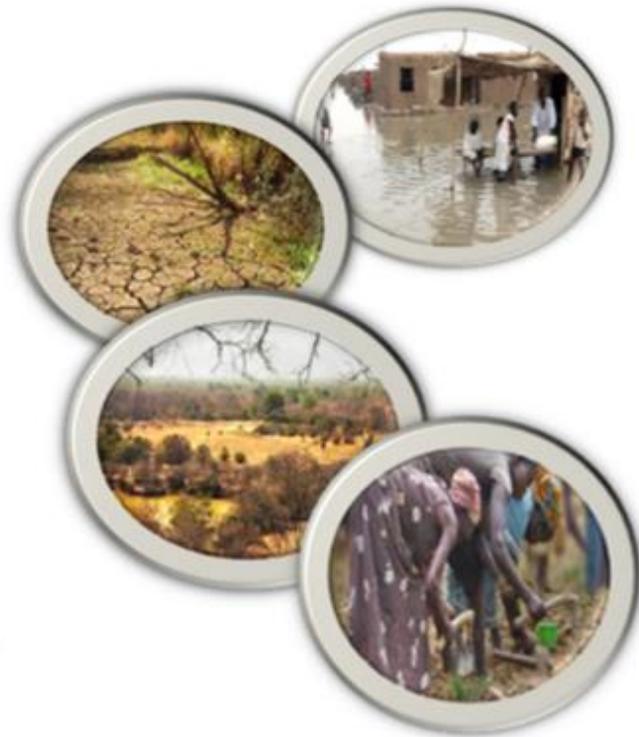


Despesa Pública Climática e Revisão Institucional (CPEIR) 2021



Por: Prof. Lord Mensah

Objectivo da CPEIR

- A CPEIR tem por objectivo analisar as despesas com actividades relacionadas com as alterações climáticas e avaliar em que medida essas despesas são apoiadas por responsabilidades políticas e institucionais.

Metodologia

- A CPEIR explorou três principais características do financiamento nacional para as acções de combate às alterações climáticas:
 - Uma avaliação detalhada das prioridades e estratégias nacionais e sectoriais existentes relacionadas com as alterações climáticas;
 - Uma análise sistemática dos mecanismos institucionais para promover a integração das prioridades da política relativa às alterações climáticas nos orçamentos e na gestão das despesas;
 - Uma análise da integração dos objectivos relacionados com as alterações climáticas no processo orçamental, a saber no planeamento, na execução, na gestão das despesas e no financiamento orçamental.
- Na consecução desta CPEIR foi utilizada uma abordagem metodológica de triangulação, consistindo numa revisão documental, e abordagens quantitativas e qualitativas.
 - Foram compilados e analisados diferentes documentos de políticas sectoriais em matéria das alterações climáticas.
- A CPEIR foi realizada a nível nacional entre as instituições representativas, a saber:
 - MESTI, EPA, MOFA, MLGRD, Comissão Florestal, PEF, KASA Gana, MdF, MdE, entre outros;
 - Alguns MMDA mais propensos aos efeitos das alterações climáticas, na parte qualitativa da recolha de dados.

ANÁLISE DAS POLÍTICAS RELATIVAS ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

ALINHAMENTO DAS POLÍTICAS COM AS PRIORIDADES NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

- O Programa de Coordenação de Políticas Económicas e Sociais (CPESDP) para 2017-2024, o principal instrumento do Governo para o desenvolvimento, assenta nos pilares do desenvolvimento económico, do desenvolvimento social, do ambiente, das infraestruturas e dos assentamentos humanos, entre outros.
 - Este programa demonstra a relevância e o empenho do país em responder aos desafios e às oportunidades oferecidas pelas alterações climáticas.
- Pilares do CPESDP: salvaguardar o ambiente natural e assegurar um ambiente construído resiliente; manter um país estável, unido e seguro; e construir um país próspero.
 - O programa defende, portanto, a adopção de estratégias de desenvolvimento que apostam no crescimento, centradas nas pessoas e que proporcionem resultados resistentes às alterações climáticas.

POLÍTICAS SECTORIAIS RELATIVAS ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

**National Climate
Change Policy,
2013**

**National Energy
Policy**

**National
Environmental
Policy**

**Forest and
Wildlife Policy
(2012)**

**National Transport
Policy**

**Ghana REDD+
Strategy)**

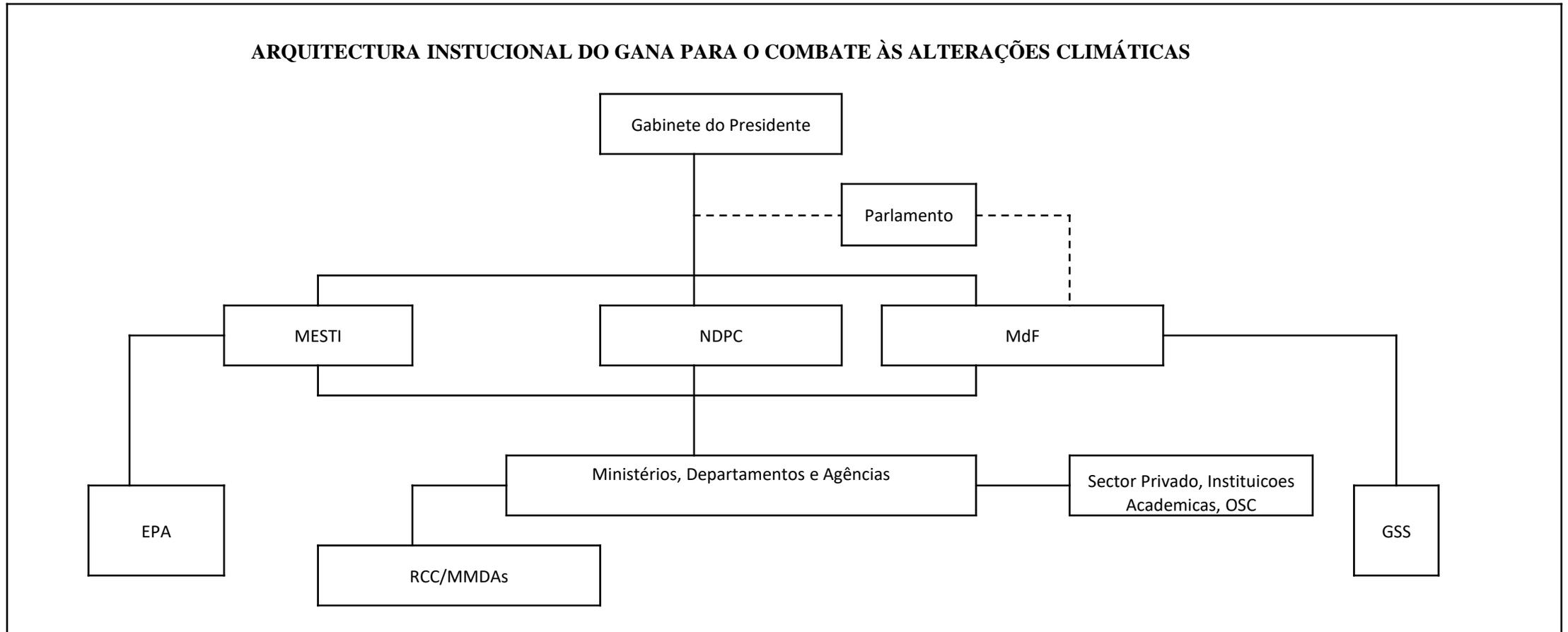
**Ghana National
Low Carbon
Development
(GNLCD) Strategy**

**Renewable Energy
Act, 2011 (Act
832))**

**Renewable
Energy Master
Plan, (2019)**

**Food and
Agriculture Sector
Development
Policy (FASDEP II)**

ANÁLISE INSTITUCIONAL DE APOIO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS : Arquitectura Institucional



Comité Director Nacional para as Alterações Climáticas

- O Comité é composto por representantes dos Ministérios, Departamentos e Agências (MDA), deputados, organizações da sociedade civil (OSC), instituições de ensino, instituições de investigação, o sector privado e parceiros de desenvolvimento.

O Comité Director Nacional para as Alterações Climáticas está mandatado para assegurar a gestão quotidiana da Estratégia Nacional de Adaptação, que oferece orientação política às alterações climáticas a nível nacional.

O Comité é igualmente responsável pela elaboração de orientações, supervisão, monitorização e avaliação de programas/projectos no domínio das alterações climáticas. O Comité é também encarregado de prestar apoio às instituições locais nos domínios da capacitação, aprovação de programas/projectos e recomendação dos mesmos para financiamento

Instituições públicas

Ministério da Energia

Ministério dos Transportes

Ministério das Estradas e Autoestradas

Ministério das Terras e Recursos Naturais (MLNR)

Ministério do Género, Crianças e Protecção Social (MGCSP)

Ministério da Alimentação e Agricultura (MOFA)

Ministério da Administração Local, Descentralização e Desenvolvimento Rural (MLGRD)

Comissão Nacional de Planeamento do Desenvolvimento (NDPC)

Ministério do Ambiente, Ciências e Tecnologia (MESTI)

Ministério da Saúde

Ministério do Interior

Instituições públicas

**Ministério das
Finanças**

**Ministério da
Educação**

Feeder Roads

**Ministério da Água
e Saneamento**

**Ministério do
Trabalho e Relações
Laborais**

MMDA,NDAs,

**Comissão de
Recursos Hídricos**

NADMO

**Outras Instituições
de Investigação**

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

- Uma resposta institucional eficaz às alterações climáticas requer uma coordenação estreita entre as diferentes agências de execução. Embora estas instituições tenham sido instrumentais na implementação e realização dos objectivos em matéria de alterações climáticas, mantem-se o desafio de coordenação e harmonização, necessário para uma acção eficaz contra as alterações climáticas entre estas instituições.
- Embora o país esteja a implementar um sistema descentralizado de governação, a ausência de um sistema eficaz de coordenação afecta a execução do seu mandato. Os MDA e os MMDA não são suficientemente robustos para responder com eficácia às alterações climáticas.
- As capacidades destas instituições nos domínios da mobilização de recursos, implementação de projectos e programas sobre alterações climáticas, e coordenação, devem ser reforçadas para a implementação de programas e projectos.

Recomendações

Face à conclusão acima referida, são formuladas as seguintes recomendações :

1. Os MMDA devem ser proactivos na avaliação dos fundos, mas ao reforçar a sua colaboração com as agências certas para poderem tirar proveito das muitas oportunidades que existem no subsector das alterações climáticas.
2. O NDPC, que tem estado na vanguarda da capacitação dos MMDA na área das alterações climáticas, sobretudo na concepção e implementação de programas, e a integração das alterações climáticas nos seus planos de desenvolvimento, está em vias de elaborar, entre outros instrumentos, uma ferramenta para ajudar os MMDA a conceberem programas no domínio das alterações climáticas. Recomenda-se, no entanto, que os MMDA ajam de forma mais proactiva, ao colaborarem mais após a formação para funcionar com eficácia.
3. Embora acções de formação sejam oferecidas aos MMDA, o problema reside no atraso com o qual esses programas são oferecidos. Recomenda-se que o NDPC desenvolva um calendário em colaboração com os MMDA para saber não só do que precisam, mas também quando vão precisar dessas formações. De igual modo, o NDPC deve colaborar com o MdF na concepção e capacitação dos MMDA em questões relacionadas com as alterações climáticas.
4. A duplicação de esforços no espaço climático limita o número de grandes áreas de projectos que podem ser financiadas. Neste contexto, recomenda-se que as instituições coordenadoras das alterações climáticas desenvolvam um mecanismo para harmonizar todos os projectos sobre as alterações climáticas para garantir um financiamento uniforme das áreas programáticas.
5. Recomenda-se ainda que seja aprovada, quanto antes, legislação de apoio ao instrumento de rastreio para garantir o cumprimento.

REVISÃO DAS DESPESAS COM AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

- A principal fonte de dados para a análise das despesas climáticas é o Orçamento Anual preparado pelos serviços do orçamento (BTAS) do MdF de 2015 a 2020.
- Adopta os três métodos delineados nas Ferramentas de Rastreamento do Financiamento Climático desenvolvidas em 2016 para acompanhar as despesas climáticas.
 - Manual de acções de combate às alterações climáticas para funcionários sectoriais
 - Fichas de códigos orçamentais para as alterações climáticas
 - Lista de financiamentos internacionais.
- Utilizamos o projecto de lei anual das dotações orçamentais, o Orçamento Anual e a declaração política para as despesas anuais do GdG.

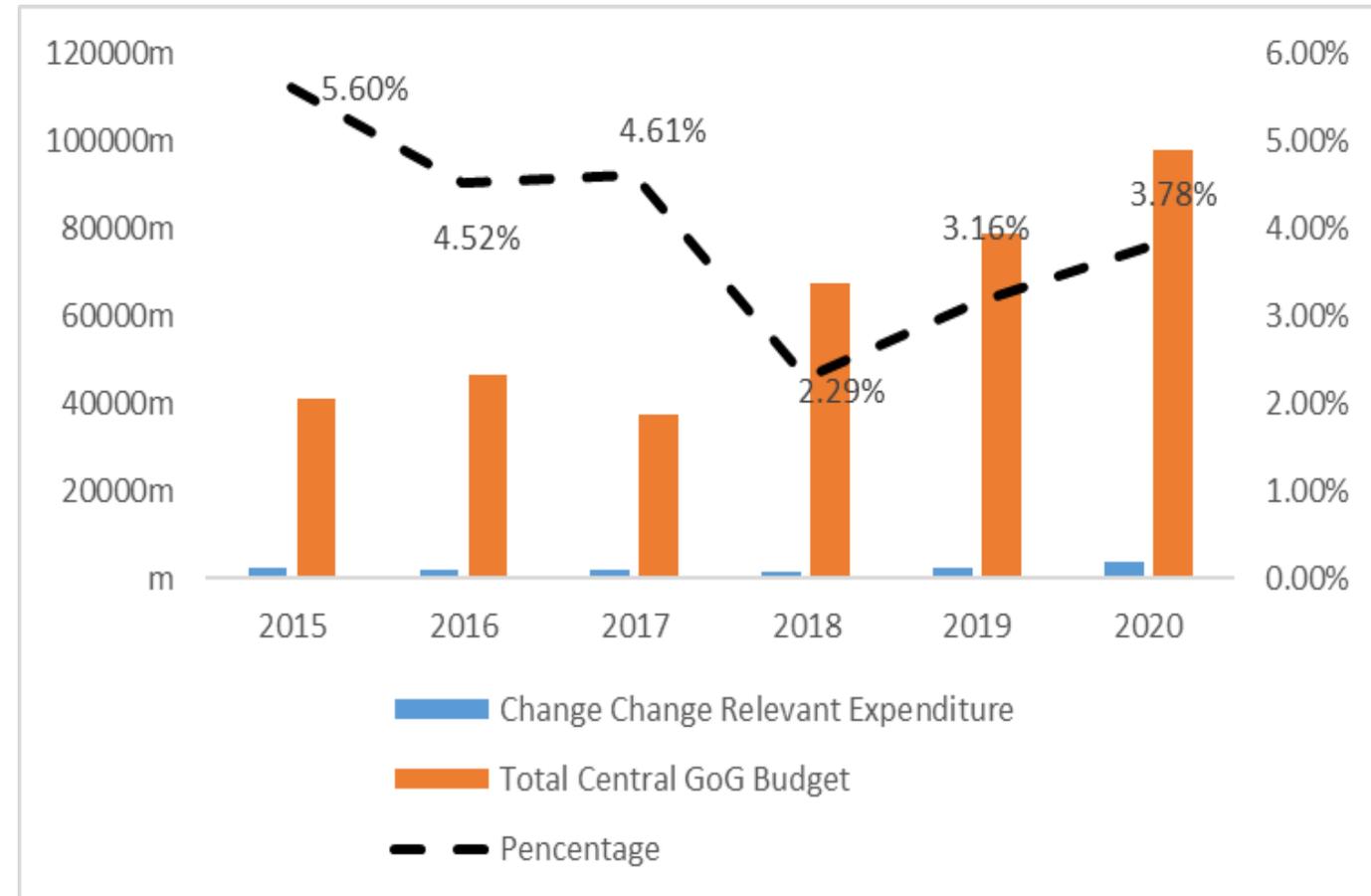
As três categorias de despesas relevantes para as alterações climáticas

Categoria	Número de códigos orçamentais	Ponderação a aplicar à despesa bruta (%)
High	4	100
Medium	14	50
Low	12	20

Fonte: Ferramenta de rastreio do financiamento climático, Gana, 2016

Total da despesas do GdG e da despesa nas alterações climáticas

- Entre 2015 e 2020: Despesa total orçamentada de GHS 369 mil milhões, com GHS 14,5 mil milhões destinados às acções de relevância climática.
 - Cerca de 3,93% do total das despesas do GdG destinado a acções de relevância climática.



Despesas anuais com o clima como percentagem das despesas totais dos ministérios

Line Ministry	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Ministry of Fisheries and Acquaculture Development	58.24%	85.44%	68.40%	79.66%	81.11%	87.07%
Ministry of Food and Agriculture (MOFA)	83.20%	86.55%	73.91%	89.29%	91.75%	90.21%
Ministry of Lands and Natural Resources	73.21%	53.78%	45.29%	39.52%	47.59%	96.88%
MOWARS_Ministry Of Sanitation and Water Resources			13.14%	89.85%	94.84%	86.78%
Ministry of Gender, Children and Social Protection (MGCSP)	28.92%	1.30%	2.58%	18.66%	88.78%	93.14%
Ministry of Works and Housing			90.33%	63.11%	65.27%	4.59%
Ministry of Environment, Scienc, Technology and Innovation (MESTI)	31.25%	35.58%	30.23%	24.08%	21.59%	38.68%
Ministry of Local Govt and Rural Development	57.37%	48.52%	30.34%	0.38%	12.28%	3.64%
MOP_Ministry for Planning					72.33%	74.49%
Ministry of Communications	1.18%	50.37%	4.87%	24.26%	11.31%	30.16%
Ministry of Energy and Petroleum (MENP)	16.68%	89.33%	5.30%	0.03%	0.20%	0.15%
Ministry for Inner City and Zongo Development				96.95%	0.83%	
Ministry for Business Development				96.65%		
MME_Ministry for Monitoring and Evaluation					75.30%	1.10%
Ministry of Petroleum		58.37%				
Ministry of Trade and Industry	0.07%	1.83%	0.64%		28.35%	0.14%
Ministry of Foreign Affairs and Reg Integration	1.58%	12.17%	3.71%			12.51%
Ministry of Education (MOE)	12.88%	8.46%	6.46%			
Ministry of Tourism, Arts and Culture		11.69%		0.88%		
Ministry of Information					1.61%	4.64%
Ministry of Youth and Sports				5.43%	0.59%	
Ministry of Power		4.62%				
Ministry of Transport	0.65%	0.21%	0.42%	1.64%	0.08%	
Ministry of Employment and Labour Relation		2.70%			0.26%	0.02%
Ministry of Roads and Highways		0.01%		2.29%	0.01%	
Ministry of Health			0.05%			1.77%
Ministry of Interior (MINT)	0.75%		0.32%			
MOA_Ministry Of Aviation			0.01%	0.14%		
Ministry of Defence (MoD)					0.06%	
Ministry of Finance						
Ministry Of Railway Development						

Comparação entre as despesas com as alterações climáticas e os objectivos no Plano Director do NCCP

- Esta comparação é muito importante porque a implementação do Plano Director do NCCP proposto foi estimada em cerca de USD 9,3 mil milhões durante o período 2015-2020, o que coincide com o exercício da CPEIR que estamos em vias de realizar.
- Comparamos o orçamento com as despesas estimadas no NCCP para as 10 áreas.
- O orçamento para as 10 áreas durante o período é convertido em dólares americanos utilizando a taxa de câmbio em base homóloga.
- O orçamento, convertido em dólares americanos, é comparado com as despesas estimadas no NCCP para as 10 áreas.

Orçamento estimado do NCCP e estimativa orçamental para as AC

NCCP Policy Focus	CC Budget Estimate (\$)	Estimated Budget for NCCP Focus Areas (\$)	Percentage
Climate change and migration	236m	98m	241.09%
Disaster Preparedness	81m	52m	157.85%
Agriculture and Food Security	453m	950m	47.72%
Water and Sanitation	417m	1680m	24.82%
Infrastructure	59m	337m	17.64%
Forests and Carbon sinks	289m	1725m	16.73%
Energy and Infrastructural development	61m	1057m	5.73%
Climate Change and Health	19m	1006m	1.85%
Climate change and gender	9m	1898m	0.48%
Ecosystem Management	1m	1210m	0.12%

Nova identificação das categorias políticas e atribuição de códigos orçamentais

	GoG Agency	Number of Policies	Budget	Actual
Old Codes	MDA	137	6313m	3250m
	MMDA	806	279m	92m
New Codes	MDA	133	7557m	2037m
	MMDA	475	405m	142m

Conclusões

- A despesa do Gana aumentou entre os anos de 2015 e 2020. Especificamente, a despesa em 2015 foi de GHS 41,222 milhões e aumentou para 85,952 milhões. As despesas com remuneração e pagamento de juros têm dominado as rubricas de despesa ao longo dos anos.
- Foi introduzida uma política fiscal mais restritiva no Gana nos últimos anos, acompanhada da melhoria da administração fiscal para aumentar a arrecadação de receitas.
- O Gana destinou uma média de 3,94% das suas despesas totais às alterações climáticas nos últimos cinco anos.
- A despesa anual com alterações climáticas, como percentagem da despesa total do GdG, diminuiu de 5,60% em 2015 para 2,29% em 2018 e aumentou para 3,78% em 2020.

- O recente aumento é atribuído às intervenções de política social introduzidas pelo governo nos domínios da educação e da agricultura, relevantes para as alterações climáticas. Por exemplo, o *Free SHS* e a *Planting for Food and Jobs*, previstos no Plano Director do NCCP, centram-se nas alterações climáticas, no género, na agricultura e na segurança alimentar.
- Os principais ministérios para acção climática, como o MFAD, o MOWARS, o MGCSP, o MOFA, o MLNR, o MOP, o MICZD e o MESTI comprometeram mais de 30% das suas despesas totais a actividades de combate às alterações climáticas.

- Tendo em conta as fontes de financiamento, o GdG tem aumentado a sua dotação orçamental para as acções de combate às alterações climáticas ao longo dos anos. O orçamento relevante para as alterações climáticas do GoG, como percentagem da despesa total proveniente das fontes de financiamento, aumentou de 0,79% em 2016 para 17,92% em 2020.
- As categorias de agricultura e segurança alimentar no NCCP, receberam a dotação mais elevada desde 2015 a nível dos MDA. A nível dos MMDA, é a política de água e saneamento que recebeu a maior dotação.
- Comparando as despesas nas categorias de política do NCCP com os objectivos do NCCP, as alterações climáticas e a política de migração receberam 180% do objectivo do NCCP.

- Foram identificadas novas políticas climáticas, às quais foram atribuídos códigos de nível inferior, e principalmente ao nível dos MMDA.
- Ao longo dos anos, tem-se registado um aumento progressivo das despesas para as categorias inferiores das políticas. A despesa nas categorias superiores das políticas diminuiu em 2018 mais começou a aumentar até 2020.

Perspectivas para o futuro

- O governo deve definir uma meta para despesas climáticas ao nível dos MDA e dos MMDA, que sirva de referência para a avaliação do desempenho todos os anos.
- A unidade NRECCU do MdF deve identificar novas políticas anualmente e atribuir-lhes códigos orçamentais. Se a política se repetir, o antigo código deve ser identificado e reatribuído, e novos códigos podem ser atribuídos a novas políticas.
- A identificação de mais rubricas relevantes para o clima requer um painel de instrumentos para acompanhar as despesas climáticas ao nível da NRECCU. Este fornecerá informações actualizadas e periódicas sobre as despesas climáticas.

- As rubricas de despesas da unidade NRECCU devem ser captadas como relevantes para o clima e deve ser-lhes atribuído um código. No MOH podem existir algumas unidades que não estão a implementar actividades directamente relevantes para o clima, mas cujas despesas vão, indirectamente, no sentido de fazer face às alterações climáticas. Esta situação deve ser analisada.
- Observou-se que a maioria das rubricas de despesa do sector público em relação às alterações climáticas estavam orientadas para a adaptação. Como tal, é necessário investir em recursos eficazes para captar as despesas de mitigação.
- Observando-se um enorme diferencial nas despesas dos MDA e MMDA, recomenda-se o aumento das dotações para os MMDA, pois estão mandatados para supervisionar a implementação de políticas relacionadas com as alterações climáticas a nível das aldeias.
- Os diferenciais das dotações orçamentais das políticas contidas no NCCP ao longo dos anos exigem uma dotação mais equitativa no futuro.